

Credenciamento

018/2025 ou 90018/2025

Inexigibilidade

048/2025

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS (987541)

OBJETO

Credenciamento de empresas interessadas na concessão de direito real de uso temporário e oneroso de 16 (dezesseis) incubadoras, com aproximadamente 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, matrícula 61.589 de propriedade do Município de Dois Vizinhos – PR, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento, com base na Lei municipal nº 2.393/2020.

VALOR ESTIMADO A SER RECEBIDO

R\$ 289.889,28 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos)

VALOR DA UFM 2025

R\$ 503,28 (quinhentos e três reais, vinte e oito centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

30 (trinta) dias após publicação no PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CREDENCIAMENTO Nº 90018/2025

(Processo Administrativo nº 1.325/2025)

PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Dois Vizinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.205.640/0001-08, com sede junto à Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85660-000, através do seu Prefeito, Luis Carlos Turatto, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará Chamamento Público por CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, Lei Municipal 2.393/2020 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Edital de Chamamento Público que tem como objetivo o Credenciamento de empresas interessadas na concessão de direito real de uso temporário e oneroso de 16 (dezesseis) incubadoras, com aproximadamente 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, matrícula 61.589 de propriedade do Município de Dois Vizinhos – PR, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento, com base na Lei municipal nº 2.393/2020, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.

1.3. O credenciamento se dará por item, podendo o interessado se credenciar em apenas um item (sala) e desde que cumpridos os requisitos exigidos.

1.4. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. O presente Chamamento Público na forma de Credenciamento é regulamentado e encontra-se em conformidade com o art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/21, Decreto nº 11.878/2024 e Lei Municipal nº 2393/2020 naquilo que aplicável.

3. REFERÊNCIAS

3.1. O Edital de Credenciamento e seus anexos estão disponíveis na íntegra para

pesquisa no endereço descrito no subitem a seguir, como também na Internet, no sítio eletrônico do Município de Dois Vizinhos – PR: <https://doisvizinhos.pr.gov.br>.

3.2. Todas as informações sobre o presente procedimento auxiliar poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, situada Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, Dois Vizinhos, Estado do Paraná, telefone: (46) 3536-8843 e também junto a Secretaria de Desenvolvimento Economico, Científico e Tecnológico, localizado na Rua Clevelandia, nº 674, Dois Vizinhos, Estado do Paraná, e-mail: sdectt@doisvizinhos.pr.gov.br.

3.3. Os dados constantes do Credenciamento poderão ser consultados pela Comissão Municipal de Contratação ou pelo Agente de Contratação para suprir a ausência dos documentos necessários à habilitação dos interessados, desde que haja menção de tal hipótese nos editais;

3.4. A sessão pública do Credenciamento terá início com o recebimento do e-mail, contendo toda a documentação de Habilitação e deverá ser enviado até a data e especificações abaixo.

3.4.1. A documentação de Habilitação deverá ser enviada através dos emails: claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br e iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br.

3.5. A data do recebimento da documentação de habilitação será a partir da data da publicação do edital no PNCP e ficará aberto pelo período de 30 (trinta) dias.

3.5.1. Após habilitação do interessado o processo será encaminhado para o conselho de fomento e produção para análise da planilha qualitativa e quantitativa para verificação da pontuação obtida.

3.5.2. A lista com a relação dos credenciados bem como as pontuações obtidas será publicada no órgão oficial do município de Dois Vizinhos.

3.6. Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF.

3.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do credenciamento na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço estabelecido.

3.8. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Credenciamento, com respeito a:

3.8.1. Recebimento do e-mail contendo a Documentação de Habilitação de cada interessado;

3.8.2. Análise dos documentos de cada interessado;

3.8.3. Seleção dos licitantes habilitados para a formalização do Rol dos Credenciados.

4. DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

4.2. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

4.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Não poderão participar do credenciamento:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal e municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.9. A vedação de que trata o item 4.6.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

5.1. Em decorrência das decisões relacionadas com o presente credenciamento, nos termos da Lei, é facultada a interposição de:

I. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

II. **IMPUGNAÇÃO:** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, junto a plataforma: <https://doisvizinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, devendo ser protocolados na opção LICITAÇÃO, como Esclarecimento em Licitação ou Impugnação de Edital de Licitação;

III. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

IV. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

V. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

VI. **RECURSO:** Deverá ser apresentado no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da intimação do ato ou da lavratura da ata pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de credenciamento de interessado ou de inscrição, sua alteração ou cancelamento;
- b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Extinção do contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

VII. **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:** O pedido de reconsideração deverá ser apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente ao ato do qual não caiba recurso hierárquico.

5.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis a contar da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

5.3. Os recursos deverão ser encaminhados por meio de e-mail para claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br e iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br;

5.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

5.5. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento;

5.6. As contrarrazões poderão ser enviadas pelos interessados no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso;

5.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

5.8. Não caberá mais de um recurso sobre a mesma matéria por parte de um mesmo licitante, bem como não caberá recurso em mesmo grau sobre matéria já decidida;

5.9. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em

original ou por cópia autenticada.

6.6. O órgão credenciante terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

6.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.8. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

6.9. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

6.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

6.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.11. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.12. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico nos e-mails: iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br e claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br até a conclusão da fase de habilitação.

6.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

6.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

6.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

6.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Quanto à apresentação dos documentos:

I. Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de fotocópia autenticada em cartório competente, ou cópia com apresentação do original, podendo, neste caso, a Comissão Municipal de Contratação conferir com o original as cópias apresentadas, atestando sua autenticidade;

II. Não serão aceitos documentos com rasuras, ilegíveis, bem como fotocopiados por intermédio de papel térmico;

7.2. Quanto à confirmação de certidões será efetuada via Internet:

I. Quando a certidão for emitida por sistema eletrônico, sua aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou perante o órgão emissor.

7.3. Do prazo de validade dos documentos:

I. É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

II. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, ressalvados os documentos com prazos indeterminados previstos em lei;

III. Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

7.4. Quanto à apresentação das declarações e anexos:

I. Declarações e anexos devidamente assinados.

8. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. O interessados deverão entregar a documentação de habilitação referida no Termo de Referência anexo ao edital de Credenciamento através dos emails: claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br e iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br.

8.2. O envio do e-mail configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o requerente a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso.

9. DO JULGAMENTO DOS INSCRITOS

9.1. Durante a análise da documentação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários, para elucidar possíveis dúvidas verificadas durante o processo de análise e julgamento das inscrições ao Credenciamento;

9.2. Durante a análise da documentação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação exigirá estrita observância de todos os requisitos de credenciamento previstos no Edital;

9.3. Concluída a análise, as planilhas qualitativas e quantitativas bem como plano de negócios/plano de ação serão analisadas pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, que avaliará os critérios estabelecidos no edital, incluindo:

As condições e requisitos de participação;

- I. Geração de empregos ;
- II. Área de atuação;
- III. Tipo de produto ou serviço;
- IV. Porte da empresa;
- V. Forma e modalidade de investimentos;
- VI. Natureza do empreendimento (novo, expansão ou outro);
- VII. Aplicação e utilização de tecnologias;
- VIII. Impacto sobre o meio ambiente;
- IX. Cronograma de execução do empreendimento;
- X. Impacto fiscal e tributário;
- XI. Natureza e utilização de mão-de-obra;
- XII. Programas e benefícios sociais;
- XIII. Experiência na atividade e formação técnica;
- XIV. Impacto de concorrência direta com outra empresa de mesmo produto ou serviço, incubada no mesmo período de incubação, se houver.

9.4. O resultado do julgamento será publicado, através de Ato Público, e a partir desta data, passa a vigorar o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inhabilitação;

9.5. Esgotados os prazos de recurso, o Município publicará a relação do(s) Credenciado(s) decorrente daquela Sessão, apto(s) a comporem a Lista de Classificados no Credenciamento com a devida nota atribuída a cada um;

9.6. Aos interessados aptos, o Município expedirá contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso .

9.7. Da Sessão Pública de recebimento, abertura e habilitação, será lavrada ata com assinatura dos membros da comissão;

9.8. O resultado do julgamento dos inscritos se fará através do Diário Oficial do Município e no Site da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – PR.

10. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE CONVOCAÇÃO

10.1. A incubada será selecionada por meio de credenciamento/contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: propiciar/facilitar ampla participação das micro empresas e empresas de pequeno porte.

10.2. Caso o número de empresas credenciadas seja superior ao número de incubadoras disponíveis, no caso 16 (dezesesseis), as empresas a serem incubadas serão selecionadas da seguinte forma:

- Ordem de credenciamento;

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO ONEROSO

11.1. A Contratação será efetivada por meio da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Obrigações do Contratado e Obrigações do Contratante, após regular realização de processo administrativo, conforme Minuta de Contrato – Modelo ANEXO IV, parte integrante deste edital;

11.2. O Contratado deverá assinar o contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, a critério do Contratante;

11.3. A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo previsto no subitem anterior, sujeitará o credenciado à penalidade de descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções;

11.4. O contrato terá vigência de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos;

11.5. O contrato seguirá toda regulamentação da Lei Municipal nº 2.393/2020.

12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1. O credenciamento ficará aberto por 30(trinta) dias após a publicação do Edital no PNCP.

12.2. As empresas credenciadas que não forem selecionadas para as primeiras incubações, ficarão na fila de espera pelo período de 12 (doze) meses.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As normas disciplinadoras deste credenciamento serão interpretadas

em favor da ampliação do número de interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre os candidatos, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança do credenciamento;

13.2. É facultada à Comissão/Agente, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

13.3. O interessado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão/Agente, sob pena de indeferimento do credenciamento;

13.4. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado em se credenciar, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de seu pedido de credenciamento;

13.5. Das fases do credenciamento serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Comissão de Licitação;

13.6. O resultado deste credenciamento e os demais atos pertinentes a ele, sujeitos à publicação, serão divulgadas no Diário Oficial do Município e no site do município, no seguinte endereço eletrônico: doisvizinhos.pr.gov.br.

13.7. Os casos omissos do presente edital serão solucionados pela Comissão, em conformidade com a Lei de Licitações e legislação do direito privado aplicáveis ao caso.

14. DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

- a)** Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- b)** Apendice ao Termo de Referência;
- c)** Anexo II – Solicitação de Credenciamento;
- d)** Anexo III – Declaração Unificada
- e)** Anexo IV – Minuta de Contrato de concessão de direito real de uso.

Dois Vizinhos/PR, 23 de julho de 2025

Dione Luiz da Silva

Autoridade Competente

ANEXO II
SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

AO: Município de Dois Vizinhos – PR

Credenciamento nº 018/2025

Objeto: Edital de Chamamento Público que tem como objetivo o Credenciamento de empresas interessadas na concessão de direito real de uso temporário e oneroso de 16 (dezesseis) incubadoras, com aproximadamente 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, matrícula 61.589 de propriedade do Município de Dois Vizinhos – PR, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento, com base na Lei municipal nº 2.393/2020, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento.

(Razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na, cidade: _____, Estado _____, vem requerer à Comissão Municipal de Contratação do Município de Dois Vizinhos – PR, seu CREDENCIAMENTO, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 018/2025.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que cumpro plenamente os requisitos para o Credenciamento previsto no referido edital e, que não me enquadro em nenhuma das vedações nele impostas.

Local/Data

Assinatura do proponente representante legal

ANEXO III

REFERENTE AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/CHAMAMENTO

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Pessoa Jurídica

NOME: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que **NÃO EMPREGAMOS MENORES** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração pública. Conforme disposto na Lei Orgânica Municipal em seu Art. 74 A administração pública direta, indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXVI - Fica vedada, também, a contratação pelo Município, para quaisquer finalidades, de empresa privada, individual ou coletiva, naqueles casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, da qual seja proprietário, sócio, gerente ou administrador o cônjuge, companheiro ou companheira, parente natural ou civil, na linha reta e colateral ou transversal até o terceiro grau, ou parentes por afinidade dos agentes políticos ou pessoas referidos nas alíneas do inciso XXIII, supra.

4- Declaramos de que a empresa não mantém e não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: _____

Telefone: () _____

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

6- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

7- Indico como **PREPOSTO**, caso ocorra a contratação da empresa, o Senhor _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, sendo seu telefone _____ e seu e-mail _____.

8- Declaramos que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, Art. 67, inciso VI da Lei 14133/2021.

9- Conforme Art. 14 da Lei 14133/2021, “Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente” assim sendo declaramos que não nos enquadrados em nenhum dos incisos elencados abaixo:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

10- Declaração de não parentesco conforme o Prejulgado 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a licitante não está incursa nas vedações do parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/21.

11- A empresa acima qualificada DECLARA sob as penas da Lei, que os proprietários, sócios ou dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

a) Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador do Município, Membros da Comissão de Licitações Pregoeiros ou membros do Controle Interno.

b) Ocupantes de cargo comissionado que exercem função de direção, chefia ou assessoramento independente de onde estejam lotados;

c) Servidores efetivos com função gratificada, que atuem ou tenham atuado em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados qualquer outra autoridade ligada à contratação,

Responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório instaurado pelo Município de Dois Vizinhos, que os proprietários, sócio ou dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/21.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Dois Vizinhos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e parágrafo 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/21.

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1º	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2º	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)

3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)
----	---------------	-------------	---------------------

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Dois Vizinhos, de de 2025

Local e data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Carimbo do CNPJ da empresa

ANEXO IV**MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
TEMPORÁRIO E ONEROSO**

CONTRATO Nº _____/_____

***“CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE DOIS VIZINHOS - PR E A EMPRESA _____, NA SEGUINTE FORMA”***

Contrato de concessão de uso que entre si celebram o Município de Dois Vizinhos pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.205.640/0001-08, com sede junto à Av. Rio Grande do Sul, nº130, Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85660-000, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Luis Carlos Turatto doravante denominado de CONCEDENTE, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, portador do CPF nº _____, e do RG nº _____, doravante denominada de CONCESSIONÁRIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTO:

1.1. **Objeto:** Edital de Chamamento Público que tem como objetivo o Credenciamento de empresas interessadas na concessão de direito real de uso temporário e oneroso de 16 (dezesseis) incubadoras, com aproximadamente 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, matrícula 61.589 de propriedade do Município de Dois Vizinhos – PR, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento, com base na Lei municipal nº 2.393/2020, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL DA CONCESSÃO	VALOR MENSAL DA CONCESSÃO	VALOR MENSAL DA CONCESSÃO
------	-----------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

		1º ANO	2º ANO	3º ANO
		0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
TOTAL ESTIMADO				

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DO CONCESSIONÁRIO:

- I. Colocar em funcionamento as atividades possibilitadas na lei, após a assinatura do termo de concessão.
- II. Realizar as suas atividades de acordo com as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 2.393/2020;
- III. Seguir todas as normas de segurança do trabalho;
- IV. Deverá instalar no local, as atividades previstas no CNAE do seu respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- V. Realizar pagamento do valor da taxa de ocupação mensal, de obrigação da licitante;
- VI. Cumprir com todas as especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 018/2025, no respectivo Termo de Referência e no presente Contrato.
- VII. A empresa participante do programa arcará com os pagamentos das suas despesas individuais ou compartilhadas, tais como consumos de água, energia, telefone, internet, dentre outras.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- I. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo contratado para a fiel execução do contrato;
- II. Fiscalizar, se está sendo cumpridos fielmente os encargos da concessão, conforme está disposto no presente instrumento e ainda se está ocorrendo em conformidade com a Lei Municipal nº 2.393/2020, e o Edital de Credenciamento nº 018/2025;
- III. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato a ser firmado;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado;

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES:

- 4.1. O descumprimento de quaisquer dos itens das cláusulas implicará em sanções administrativas e judiciais, conforme Lei nº. 14.133/21.
- 4.2. Caso o(a) concessionário(a), não cumpra as condições fixadas na Lei

Municipal nº 2.393/2020, será procedido a reversão da concessão, sem direito a retenção ou indenização.

4.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

4.3.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

4.3.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

4.3.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

4.3.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

4.3.5. fraudar o credenciamento;

4.3.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

4.3.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

4.3.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

4.3.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

4.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

4.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

4.4.1. advertência;

4.4.2. multa;

4.4.3. impedimento de licitar e contratar e

4.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

4.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

4.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

4.5.2. as peculiaridades do caso concreto

4.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

4.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

4.6. A multa a ser recolhida será de acordo com o valor do carnê anual, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

4.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

4.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

4.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.4.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

4.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 4.3.5, 4.3.6, 4.3.7 e 4.3.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.11. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 4.3.3 e 4.3.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

4.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

4.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

4.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

4.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

4.15.1. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO PRAZO:

5.1. O contrato a ser firmado entrará em vigor na data da sua assinatura, e terá sua vigência de 3 (três) anos, podendo ser renovado por mais 2 (dois) anos de acordo com a Lei Municipal nº 2.393/2020, precedida de parecer técnico do Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos e a critério da Administração, desde que justificada e refletida em ajuste do plano de trabalho, o qual deverá demonstrar que a necessidade da prorrogação se deve à plena realização do objeto.

5.2. O prazo para a empresa se instalar é de 120 (cento e vinte) dias contados da divulgação do resultado, e somente poderá ser prorrogado em casos excepcionais, a critério do Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, sob pena de exclusão da relação de selecionados.

5.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONCEDENTE.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. A concessionária deverá realizar pagamentos mensais, devendo os mesmos ocorrer até o dia 10 (dez) de cada mês, durante o período da concessão.

6.2. Caso o mesmo não ocorra a concessão deverá ser revertida em prol do Município, além da aplicação de multa após apuração da responsabilidade;

6.3. O valor mensal a ser pago pela concessionária relativo à concessão da incubadora será realizado com base no Termo de Referência do Edital de Credenciamento nº 018/2025, atendendo à previsão do Art. 7º da Lei Municipal nº 2393/2020;

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSINATURA DO TERMO DE CONCESSÃO:

7.1. Fica a licitante vencedora convocada a assinar o contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em conformidade com o disposto no Edital de Credenciamento nº 018/2025.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVERSÃO:

8.1. A incubadora será revertida à posse do CONCEDENTE com todas as benfeitorias neles contidas, independentemente de prévia notificação, se o concessionário não atender aos prazos e condições estabelecidas na Lei Municipal nº 2.393/2020, no Edital de Credenciamento nº 018/2025 e no presente contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso.

8.2. O CONCEDENTE se reserva o direito de reversão do termo de concessão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a contratada caiba o direito de indenização de qualquer espécie nos casos a seguir mencionados:

8.2.1. Quando a contratada falir, entrar em concordata ou for dissolvida;

8.2.2. Em caso de inadimplência por 6 (seis) meses consecutivos ou alternados, o contrato de incubação considerar-se-á rescindido de pleno direito;

8.2.3. Quando a contratada transferir os direitos de concessão, no todo ou em parte, sem expressa anuência do CONCEDENTE;

8.2.4. A reversão do termo de concessão, ocorrerá de acordo com o arts. 11 e 12 da Lei Municipal 2.393/2020 e quando motivada por qualquer dos subitens anteriormente relacionados, implicará na apuração de perdas e danos e na aplicação das demais providências legais cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – DAS GENERALIDADES:

9.1. Não serão indenizadas pelo CONCEDENTE quaisquer despesas decorrentes de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos, bem como de instalações e retirada qualquer benfeitoria realizada pela CONCESSIONÁRIA junto à incubadora;

9.2. O contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso não poderá ser transferido ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONCEDENTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.1. O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato de Concessão de Direito Real de Uso oneroso é o da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, excluindo qualquer outro.

10.2. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Local e data

CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIO

Testemunhas:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____